

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA NA DGP-INSS SOBRE SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA



Data: quarta-feira, 23 de maio de 2018.

Local: sala de reuniões da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) do INSS

Presentes

FENASPS: Jean Abreu (BA), João Marcos (MG), Rodrigo Bonfim (SP), Moacir Lopes (PR), Laurizete Gusmão (DF).

DGP: Alexandre Guimarães, diretor da DGP, Mônica Arcoverde, diretora substituta da DGP, Fabiola Costa, Coordenação de Qualidade de Vida no Trabalho (CQVT) e Vanessa Ramalho (CQVT).

Nesta quarta-feira, 23, foi realizada na DGP do INSS uma audiência com os representantes do instituto, a Comissão dos Trabalhadores com Deficiência da FENASPS e diretores da federação, para tratar da pauta específica.

A FENASPS ressaltou a importância de discutir este tema para a vida dos Servidores com Deficiência, e agradeceu a participação dos mesmos na discussão desta pauta, ratificada pela categoria em plenárias ([item 13 das propostas aprovadas do Encontro dos trabalhadores do Seguro Social](#), realizado em 10 de março de 2018, e [itens 18 e 26 do Encontro do Seguro Social de 6 de maio de 2017](#)), e apresentou o Ofício nº 107/2018 ([CONFIRA AQUI](#)), elaborado pelos próprios servidores e ratificado pela Federação e passou a palavras para os servidores, Jean Abreu e Rodrigo Bonfim, explanarem as demandas e as reivindicações específicas do setor.

As demandas contidas no ofício supracitado, protocolado na DGP, ressaltam as questões pertinentes a todos tipos de deficiência dos trabalhadores do Seguro Social. Sendo a que avaliamos ser de mais importância é a retomada da assiduidade das reuniões do **COMITÊ NACIONAL DE ACESSIBILIDADE, INSTITUÍDO PELA PORTARIA nº 1.063/PRES/INSS, de 18/11/2015**, já que em cinco anos de existência, houve apenas três reuniões. E, visando uma maior representatividade dos servidores com deficiência, que a DPG considerasse estender o número de integrantes de forma a contemplar todos tipos de deficiência, como também formar comissões nas SR's e GEX's.

Solicitamos a reativação e acompanhamento do Sistema de Acessibilidade (AcesSQVT), de forma a atender as demandas já existentes e ressaltamos a importância de termos o Seminário de Inclusão e Acessibilidade, que quase aconteceu em 2017, com a promessa de execução ainda naquele ano; reivindicamos a sua efetiva realização, desta vez diferente do que fora organizado no ano passado, com a participação direta dos próprios interessados: os servidores com deficiência.

Enfatizamos a viabilização da publicação do Projeto de Inclusão dos Servidores com Deficiência nas Ações Educacionais e seus Materiais Facilitadores que contemplam todos os tipos de deficiências.

Cobramos a uniformização dos procedimentos que envolvem os requerimentos de interesse dos servidores com deficiência, como a solicitação de redução de jornada de trabalho e de tecnologias assistivas (como leitor de tela *Jaws*, mobiliários adaptados, monitores com regulagem de altura, telefones amplificados etc). Ainda sugerimos como modelo a resolução 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Reivindicamos ainda uma maior apropriação da DSQVT, no sentido de eliminar as barreiras que impedem a plena e efetiva participação dos servidores com deficiência em igualdade e oportunidade com os demais servidores, a saber: maior acessibilidade nos sistemas corporativos, a aquisição do *Jaws* para deficientes visuais, respeitando as necessidades individuais de cada indivíduo; implementação das ações solicitadas pelo SQVT e SIASS; realização de cursos obrigatórios na trilha de gestores acerca dos direitos das pessoas com deficiências.

Foram relatados alguns casos específicos que reforçam as reivindicações acima.

Encerramos as reivindicações reafirmando que sobre este assunto doravante, é importante observar que "**nada de nós, sem nós**". Lembramos que já houve ações da gestão do INSS que não respeitaram esta máxima e os problemas continuam sem solução.

Os representantes da DGP informaram que farão reunião da DGP e CQTV nesta sexta-feira, 25 de maio, para reorganizar a agenda de trabalho.

Sobre o comitê Nacional de Acessibilidade, será feita uma reunião sobre os encaminhamentos propostos na última reunião entre DGP/CQVT e convocar videoconferência com os representantes das Superintendências e Gerências Executivas, com objetivo de determinar a pauta e organizar a reunião presencial em setembro.

Sobre a AcesSQVT, a DGP considerou verificar a possibilidade de contemplar a solicitação.

Já em relação ao Seminário de Inclusão e Acessibilidade, a DGP informou que o mesmo está previsto no PPA SQVT 2018-2021, com previsão de realização em 2019.

Sobre uniformização dos procedimentos que envolvem os requerimentos de servidores com deficiência.

A uniformização dos procedimentos será estudada pela DGP e as demais reivindicações serão tratadas em reuniões futuras.



Apresentamos ainda proposta para o INSS fazer uma normativa ou Instrução Normativa para orientar os gestores sobre os direitos e deveres e as condições de trabalho para as pessoas com deficiência. E, ainda, elaborar

parecer jurídico com base na resolução 230, de 2016, do CNJ, que assegure os direitos a estes trabalhadores, promovendo alteração no Regime Jurídico Único (RJU) Lei nº 8112/90, para permitir aos trabalhadores do INSS a possibilidade de redução da Jornada de trabalho, bem como realizarem tratamento médico quando o afastamento ultrapassar o período máximo de licença previsto no RJU, adequando a lei ao disposto no Estatuto das pessoas com deficiência.

A FENASPS reiterou reivindicação dos trabalhadores para realizar, o mais breve possível, o Seminário Nacional para tratar das questões específicas do setor. Consideramos importante pressionar a direção do INSS para buscar soluções às demandas e atender às reivindicações da categoria, que merecem respeito profissional no exercício das suas atribuições.

É fundamental que os trabalhadores com deficiência se organizem para lutar por respeito profissional e lutar por melhores condições de vida e trabalho!

Brasília, 24 de maio de 2018

Plantão da Diretoria Colegiada da **FENASPS**